



DE MÃOS DADAS COM CAROLINA: CASA DE ALVENARIA EM SALA DE AULA

*Conselho Editorial Carolina Maria de Jesus**

“Sempre fui pobre, mas
sempre procurei estudar.

O meu sonho era viver do meu trabalho,
dos meus escritos. Gostaria de escrever
para o teatro. Ou para o rádio. Tenho
várias novelas prontas. Mas há uma
barreira que eu jamais pude transpor...

— Carolina Maria de Jesus
em entrevista para o jornal *Última Hora*, em 1952

* Amanda Crispim, Conceição Evaristo, Fernanda Felisberto, Fernanda Miranda, Raffaella Fernandez e Vera Eunice de Jesus.

Hoje é um dia muito especial para você, que está com *Casa de alvenaria* nas mãos. Há quanto tempo esperávamos por este momento de segurar a edição de um novo texto de Carolina Maria Jesus? Finalmente, a data chegou!

Este livro que vocês têm em mãos, caras professoras e professores, é precioso em vários sentidos. Nós, do Conselho Editorial, gostaríamos de que vocês fossem nossas aliadas e nossos aliados na chegada de Carolina à sala de aula. Para isso, pontuamos algumas questões importantes que marcaram o trabalho e o cuidado que tivemos ao manipular os manuscritos, de modo que a obra de Carolina possa ser apreendida em sua complexidade, grandiosidade e potência, encantando os estudantes tanto quanto nos encantou durante todo o tempo em que estivemos diante dos originais.

Carolina é uma escritora — com o verbo no presente, pois sua escrita permanece atemporal — que, por meio de suas muitas palavras, formalizou um universo representacional sem paralelos na língua portuguesa. Nesse sentido, a primeira pergunta a ser feita é: por que continuar nomeando-a “semialfabetizada”, como corriqueiramente vemos por aí? Sua voz vem sendo associada ao erro, à falha, ao “quase”, à lógica do “escreve errado”, o que conduz uma parcela de leitoras e leitores — e também de professoras e professores — a se questionar: “Isto é literatura?”. Essas questões abrigam problemáticas que tocam fundo nosso sistema literário e sua estrutura

hegemônica e geram imenso desconforto, uma vez que afetam várias relações de poder cristalizadas nacionalmente. No entanto, nada disso impede que façamos a seguinte pergunta: *quem está autorizado a fazer literatura em nosso país?* Esse constitui um desafio contemporâneo para pesquisadoras e pesquisadores, somados à pluralidade de vozes que compõe o mapa étnico de autoras e autores brasileiros que por anos foram excluídos da possibilidade de ser. Entre estas, estão as autorias negras, intencionalmente rasuradas da historiografia literária brasileira desde seus primórdios. Embora tenhamos registros de publicações como Teixeira e Sousa, com a obra *O filho do pescador* (1843), e Maria Firmina dos Reis, com *Úrsula* (1859), os livros optaram por silenciar tanto informações essenciais nos currículos como a presença indiscutível desses autores no romantismo brasileiro.

Mas, para Carolina, o silêncio sempre foi um lugar pouco familiar, pouco seguro. Contra o silêncio, ela agasalhava-se sobretudo em sua voz própria e na busca da publicação de seus escritos. Carolina Maria de Jesus foi uma autora múltipla, sendo impróprio reduzi-la a um lugar único ou sempre associá-la à ideia de ausência ou à dissonância da norma culta da língua. Seus cadernos ultrapassam os gêneros e os manuais: além de ter escrito em domínios formais diversos como a dramaturgia, o romance, o poema, o conto, o provérbio, a canção, o diário e o texto memorialístico, Carolina

também apresentava várias facetas na composição literária, com uma escrita por vezes irônica, muito poética, vez em quando humorística, quase sempre ácida, em muitos momentos sarcástica, nunca limitada a um ritmo estanque.

Caras professoras e caros professores não busquem em *Casa de alvenaria* a narrativa única da “escritora favelada”, cujo cotidiano se baseava em fome e em falta material, pois a trajetória da autora mineira migrante transpassa esse enquadramento unidimensional. Quando se fala de Carolina Maria de Jesus, imediatamente são acionados certos signos e imagens que remetem a um quadro pronto de antemão: o barraco na favela, o rio Tietê, o lençinho na cabeça, a feição triste, raivosa ou aflita — recorte construído por meio de fotografias que formam um imaginário que antecede o próprio texto. Mas a trajetória de Carolina vai além, ajudando-nos a entender o próprio centro e o funcionamento da elite brasileira, do mercado editorial nacional, da natureza colonial daquilo que se considera “autor”.

Seduzam seus estudantes a entender que nas classes populares se produz literatura, criem um pacto com Carolina, expliquem as *diferenças*, construam novas possibilidades de aprendizado, não se negue a tirar as dúvidas, nem impeça a presença dessa autora fantástica em sua sala de aula. A leitura dessa obra possibilita aos alunos uma experiência educacional transformadora e respeitosa, que promove a reflexão e a crítica visan-

do “à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”,¹ como propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os diários de Carolina proporcionam ao leitor observar a sociedade brasileira da década de 1960 sob um olhar inédito, distante do apresentado até então e próximo da realidade da maioria dos brasileiros, que não se viam representados no sistema literário nacional, profundamente marcado pela estética eurocêntrica. Esse gênero discursivo permite a vivência e a valorização da “diversidade de saberes e vivências culturais”,² que por tantos anos foram tratados como não saberes por currículos escolares atravessados e moldados por uma ideologia colonial. O diário possibilita, ainda, o questionamento de “uma história única”,³ que abafou vozes, silenciou histórias, deslegitimou elaborações linguísticas que fugiam do modelo estabelecido como padrão e viabilizou o fortalecimento dos preconceitos e das desigualdades raciais na escola, tanto no campo dos conteúdos como no das relações pessoais.

Como ler o texto negro fora da gramática colonial? Como construir *outras leituras* na sala de aula contemporânea? Eis o nosso imenso e inescapável desafio. Os escritos de Carolina resguardam parte da oralidade passada de geração em geração como herança cultural transatlântica de todo um aparato geopolítico, ancestral e diaspórico mantido no tempo, revelando uma tonicidade que

¹ Ministério da Educação (Brasil), *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018, p. 7.

² *Ibid.*, p. 9.

³ Chimamanda Ngozi Adichie, *O perigo da história única*. Trad. de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 11.

atravessa toda a sua obra com as marcas de uma mulher negra que migrou do espaço rural de Minas nas primeiras décadas do pós-abolição e se instalou no espaço urbano da cidade de São Paulo.

Esses elementos são evidentemente presentes em sua literatura, uma vez que também constituíram sua experiência de vida, mas a narrativa em primeira pessoa se expande para o coletivo e acolhe, amplia e encoraja. No contato com a poética de Carolina há o reconhecimento e a oportunidade de estar diante de uma “proposta pedagógica que considera as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais”,⁴ anunciando que a escola é para todos. Há também o alargamento do olhar, a chance de interpretar o mundo a partir de visões que ultrapassam os cerceamentos sexistas, machistas, elitistas e racistas, garantindo a apreensão de conhecimentos diversos, advindos de grupos diferentes. Assim, combate-se o epistemicídio — o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos — e assegura-se que a escola seja um espaço no qual “nenhum aluno seja silenciado ou invisibilizado”.⁵

Desse modo, a adoção de *Casa de alvenaria* abre caminho para outras atividades pedagógicas, como a pesquisa sobre a biografia de Carolina, a leitura compartilhada de outras obras da escritora, a escrita de diários etc., possibilitando que os estudantes desenvolvam

suas competências e habilidades.

A poética de Carolina suscita, enfim, a construção de uma proposta de ensino inspirada nas ideias da educadora estadunidense bell hooks, que considera a educação “como prática da liberdade”, “que respeite e proteja a alma de nossos alunos”.⁶ Acreditamos que só assim construiremos uma sociedade justa, democrática e inclusiva, e conseqüentemente uma educação crítica, cidadã e autônoma.

A lei no 10639/2003 completou a maioria em 2021, o que reforça a urgência em não reproduzir práticas educacionais obsoletas e excludentes, nem “requestrar”, como diria Carolina, aulas de literatura que não cativem. Lembremos: não há nada mais colonial que o hermetismo da falta de comunicação pela linguagem.

Desejamos a todas e todos vocês boa leitura e excelente aula!

⁴ Ministério da Educação (Brasil), *Base Nacional Comum Curricular*, op. cit., p. 15.

⁵ Luana Tolentino, *Outra educação é possível: Feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018, p. 18.

⁶ bell hooks, *Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade*. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 25.